



Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO POPULAR NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UMA INICIATIVA NA ATIVIDADE DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE¹

Thamara Copetti Pavim², Juliana Virgínia Gomes Carvalho³, Zaléia Prado De Brum⁴.

¹ Trabalho elaborado pelas alunas do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências

² Nutricionista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências bolsista UNIJUÍ.

³ Enfermeira e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências bolsista UNIJUÍ.

⁴ Enfermeira, Orientadora e Coordenadora do GESC, Professora Mestre da URI – Campus de Santo Ângelo.

Introdução

A automedicação é um dos problemas enfrentados no mundo capitalista e acelerado pela cultura do consumo que rege a sociedade moderna, embasada no consumo de mercadorias onde o comércio tornou-se o mediador das relações sociais. Esta concepção abrange um diversificado campo de produtos, dentre os quais se encontram os medicamentos.

Os modelos de atenção à saúde reforçam a prática indiscriminada da medicalização, que instaurou um fenômeno social complexo, tornando-se hegemônico. Mas como fazer a contra hegemonia se não através da educação? De acordo com Freire (2000) para um processo de educação popular, é necessário construir um conhecimento autêntico ao qual partisse da realidade brasileira, e que, ao mesmo tempo, produzisse respostas aos problemas vividos pelo povo, mas também um conhecimento orgânico em estreita relação com a realidade vivida, buscando transformá-la. Nessa perspectiva, a educação popular nos traz o entendimento da realidade como modificável e ao ser humano como capaz de modificá-la.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2009, p.17) trás o conceito de educação “como um conjunto de práticas pedagógicas de caráter participativo e emancipatório, que perpassa vários campos de atuação”. Tal concepção nos remete que a educação como um processo dialógico de trocas, interações e possibilidades de transformação, deve possibilitar a mobilização de recursos humanos para uma integração entre as ações de saúde, métodos de trabalho e processos educativos contemplando ações em saúde mais reflexivas, eficazes e resolutivas. Educação popular em saúde hoje pode ser definido “como um campo de prática e conhecimento que se ocupa com a ligação entre a ação de saúde e o pensar, e o fazer do dia a dia da população” (SOPHIA, 2001, p, 5).

O Programa de Saúde da Família se apresenta como uma estratégia que prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família, do recém-nascido ao idoso, sadios ou doentes, de forma integral e contínua (BRASIL, 2011). Para Malfitano (2009), esta forma de atuar através da educação popular em saúde trás ao PSF uma possibilidade de operacionalização, mas que requer formação e investimento. Dentro deste processo de gestão compartilhada, educação continuada e também, como estratégia transitória de atenção entre o cuidado ambulatorial e domiciliar, surge o PACS (Programa Agentes Comunitários de Saúde) com vistas à ligação efetiva entre a comunidade e as unidades de saúde, onde por não ser apenas um programa, mas também





Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

uma estratégia prioritária na atenção básica primária vem atender a uma área adscrita no município, vivenciando realidades de indivíduos e famílias, interferindo em problemas de saúde, através de uma abordagem que compreenda a educação, prevenção e promoção.

A atividade do ACS está prevista na Portaria 2488/2011(BRASIL, 2011) como sendo um profissional com atuação local objetivando melhorar o estado de saúde da população, incluindo a proteção, promoção e identificação precoce para o tratamento de doenças, proporcionando um atendimento integral voltado para a família e comunidade na unidade de saúde e por meio de visitas domiciliares. Nesta caminhada, o profissional da saúde imerge em fatores econômicos, sociais e políticos configurando-se em uma porta de entrada para o exercício da cidadania e uma oportunidade de intervenção no frágil conhecimento da prática da automedicação.

Os medicamentos celebram uma importante relevância na intervenção da saúde mostrando-se em um cenário crescente de produção e consumo no último século. Seu uso confuso, sem medidas e controle, pode neste processo saúde-doença causar diversos agravos indevidos. Segundo Aquino (2008), dentre as causas do uso inadequado dos medicamentos estão a automedicação; a falta de informação de médicos a respeito da segurança dos fármacos; a mídia medicamentosa; e por fim a utilização crescente da internet para disseminar propaganda para os consumidores.

Com o intuito de fortalecer a atenção básica em saúde e evidenciar a importância do papel educativo exercido pelos profissionais da saúde, o objetivo principal deste artigo é demonstrar um relato de experiência realizado entre os ACS e a população abrangente da cidade de Guarani das Missões – RS, quanto à prática da automedicação, armazenamento e descarte de medicamentos.

Metodologia

Este trabalho é um relato de experiência de um estudo desenvolvido no município de Guarani das Missões localizado na região noroeste do RS. O estudo foi desenvolvido junto às 14 micro áreas atendidas pelos ACS, envolvendo o perímetro urbano e rural. Através das visitas domiciliares, estruturaram-se diálogos com a pesquisa participante, onde elencaram-se questões relacionadas à automedicação, armazenamento e descarte de medicamentos.

Resultados e Discussão

Os resultados identificaram que o exercício da automedicação era muito saliente entre os entrevistados, bem como o descuido com o tratamento, o uso de medicamentos sem prescrição médica e o descarte inadequado dos fármacos. Com relação às prescrições médicas, constatou-se que ocorria o abandono precoce do tratamento, administrações parciais dos fármacos prescritos e o uso de medicamentos com indicação de familiares ou amigos. Quanto ao armazenamento e descarte dos medicamentos foi averiguado que na maioria dos casos este processo ocorria de forma inadequada, onde os mesmos encontravam-se em locais com exposição solar, interferindo na temperatura indicada para conservação.

Reforçado pelos depoimentos observa-se uma necessidade de ampliar a discussão em relação ao uso de substâncias farmacológicas, instigando gestores, profissionais da saúde e população em



Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

consonância com a educação e a adoção de critérios que atendam as demandas das práticas sociais, contribuindo para a mudança de paradigmas no uso seguro de terapêuticas medicamentosas.

Conclusões

Durante os trabalhos, compreendemos no processo saúde/doença, uma forte influencia da cultura sobre o conceito negativo de saúde empregada no tratamento de uma patologia e/ou melhora do estado de saúde do cidadão com a utilização de medicamentos. Baseado nestas evidências toma-se como pilar de sustentação a educação e a promoção de saúde para integrar um processo dinâmico de embates, trocas e interações nas ações positivas de saúde. A partir desta problemática foi iniciado um trabalho de educação para saúde direcionada para o uso racional, o descarte correto dos medicamentos e suas interações medicamentosas, propondo minimizar este quadro.

Palavras – Chave: Educação popular em Saúde, automedicação, Agente Comunitário de saúde.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Daniela Silva. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? Revista Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup):733-736, 2008.

BRASIL. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488- 21 de outubro de 2011 – Brasília: 2011 Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em 18/05/2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. LOPES, Roseli Esquerdo. Educação popular, ações em saúde, demandas e intervenções sociais: o papel dos agentes comunitários de saúde. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 361-372, set./dez. 2009.

SOPHIA, D. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Revista Tema: Educação Popular em Saúde, Rio de Janeiro, n. 21, p 4-6, nov./dez. 2001.